

Revista

GESTÃO FLORESTAL

Edição 1, janeiro de 2017

Foto capa: André Natale

FLORESTAS NACIONAIS: SEMPRE PÚBLICAS, SEMPRE FLORESTAS

Página 16

Floresta como ganha pão
sustentável

Pág 14

Congresso reúne
representantes de 25 países
para debater o futuro das
concessões florestais

Pág 22

Contra exploração ilegal,
inovação

Pág 23

Presidente da República

Michel Temer

Ministro do Estado do Meio Ambiente

José Sarney Filho

Secretário-Executivo do Meio Ambiente

Marcelo Cruz

Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro:**Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro**

Raimundo Deusdará Filho

Diretor de Administração e Finanças

Samir Jorge Murad

Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento

Marcus Vinicius da Silva Alves

Diretor de Fomento e Inclusão Florestal

Carlos Eduardo Portella Sturm

Diretor de Pesquisa e Informações Florestais

Joberto Veloso de Freitas

Conselho Diretor do Instituto**Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade:****Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**

Ricardo José Soavinski

Diretora de Planejamento, Administração e Logística

Silvana Canuto Medeiros

Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

Paulo Henrique Marostegan e Carneiro

Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação

Cláudio Carrera Maretti

Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

Marcelo Marcelino de Oliveira

FICHA TÉCNICA**Produção**

Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Colaboradores

Camila Lobo

Cristina Galvão Alves

Fábio Rodrigo da Silveira

Janaína de Almeida Rocha

Ivana Aparecida Colvara Sousa

Mario Adilson Germí

Nilton Reis Batista Júnior

Roberto Xavier de Lima

Tomas Inhetvin

Redação

Letícia Campos

Revisão

Evie Negro (ASCOM/SFB)

Joana Araújo Maria (ASCOM/SFB)

Adriane Papa (DCOM/ICMBio)

Danúbia Melo (DCOM/ICMBio)

Projeto gráfico

Celise Duarte (DCOM/ICMBio)

Dados Internacionais para Catalogação da Publicação – CIP

Revista Gestão Florestal / Ministério do Meio Ambiente. – v. 1, n. 1, (nov., 2016). Brasília: MMA, 2016.

ISBN:

1. Florestas Públicas. 2. Concessão florestal. 3. Plano de manejo florestal. 4. Uso sustentável da madeira. 5. Gestão das Florestas Públicas. 6. Flona

Ministério do Meio Ambiente
Biblioteca do MMA**Serviço Florestal Brasileiro (SFB)**

SCEN, Trecho 2, Bl. H CEP: 70818-900 - Brasília – DF Telefone: (61) 2028-7258 / 7274

Email: comunicacao@florestal.gov.br

www.florestal.gov.br

Twitter: twitter.com/SFB_florestal

Facebook: www.facebook.com/florestal.gov

Esta revista é um produto do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, uma realização do Governo Brasileiro por incumbência do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e intermediário do Serviço Florestal Brasileiro e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável. O Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha apoia a execução do Projeto por meio da cooperação financeira do Banco Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Dirigida a gestores públicos, técnicos, sociedade civil, empresários e pesquisadores que buscam informações sobre florestas públicas, concessões florestais e manejo florestal sustentável. É permitida a citação de artigos e dados da revista, desde que mencionada a fonte. As matérias assinadas não refletem, necessariamente, a opinião do Ministério do Meio Ambiente.

Tiragem: 2.000 exemplares

Interessados em receber a revista, entrar em contato pelo e-mail: comunicacao@florestal.gov.br



EDITORIAL



Foto: Divulgação

As florestas nacionais, também conhecidas como Flonas, são classificadas como áreas protegidas de uso sustentável pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). São áreas de domínio público com cobertura florestal predominantemente composta de espécies nativas, destinadas a promover o uso racional dos recursos naturais, por meio da extração de produtos da floresta, gerando renda, ao mesmo tempo em que garantem a conservação da natureza.

A concessão de florestas públicas para o manejo florestal sustentável foi possível a partir da aprovação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006). Esse marco regulatório autoriza os órgãos gestores das florestas nacionais, estaduais e municipais a promoverem o uso econômico e sustentável das florestas públicas, por meio de concessões florestais e pela promoção do manejo comunitário.

O Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, executado a partir de uma cooperação entre o governo federal e o governo alemão, por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), atua nas regiões de influência da BR-163 e na região do Purus-Madeira, e tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico e a conservação da Amazônia, com base no uso sustentável dos recursos florestais. O projeto está em execução, conservando a floresta e garantindo o desenvolvimento regional e os direitos das populações locais. Exemplo disso são as atividades realizadas na Floresta Nacional Bom Futuro, que teve reflorestados no último ano 108 hectares e, depois de muitas mobilizações, conseguiu formar seu conselho consultivo.

Retratando importantes experiências como a de Bom Futuro, esta revista presta o grande serviço de esclarecer sobre a gestão das Flonas, tão fundamental para o desenvolvimento sustentável do nosso País.

Boa leitura!

José Sarney Filho
Ministro do Meio Ambiente

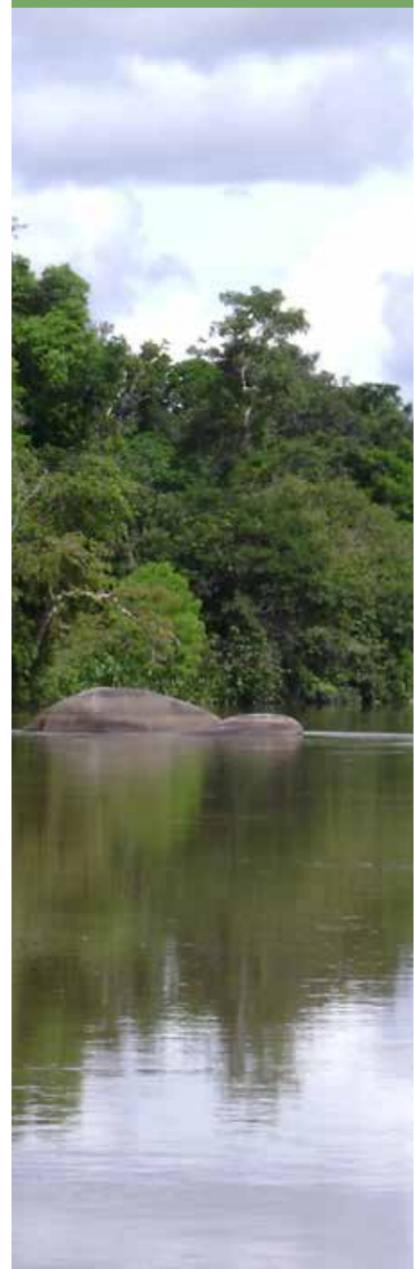


8

CONHEÇA O PROJETO

10

NOTAS FLORESTAIS



11

PING-PONG: RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO

14

FLORESTA COMO GANHA PÃO SUSTENTÁVEL

15

LABORATÓRIO DE PRODUTOS FLORESTAIS VIABILIZA SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DA ATIVIDADE FLORESTAL

16

FLORESTAS NACIONAIS: SEMPRE PÚBLICAS, SEMPRE FLORESTAS

20

FLORESTA NACIONAL DO BOM FUTURO RENDE BONS FRUTOS

22

CONGRESSO REÚNE REPRESENTANTES DE 25 PAÍSES PARA DEBATER O FUTURO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS

23

CONTRA EXPLORAÇÃO ILEGAL, INOVAÇÃO

24

ESTADOS E MUNICÍPIOS RECEBEM RECURSOS DE CONCESSÕES FLORESTAIS

26

ROMULO MELLO: NO CÉU MAIS UM ESTRELA, NA TERRA UM GRANDE LEGADO

27

DE OLHO NO MUNDO



Conheça o projeto



Flona Altamira Área: 724.965,51 ha Recurso destinado: R\$ 175.448,37	Flona Crepori Área: 741.244,51 ha Recurso destinado: R\$ 388.668,07	Flona Bom Futuro Área: 97.384,49 ha Recurso destinado: R\$ 356.051,95
Flona Iquiri Área: 1.472.598,67 ha Recurso destinado: R\$ 28.533,40	Flona Humaitá Área: 473.154,76 ha Recurso destinado: R\$ 124.151,49	Flona Jamanxim Área: 1.301.683,04 ha Recurso destinado: R\$ 209.560,95 ha
Flona Amana Área: 539.571,39 ha Recurso destinado: R\$ 334.798,53	Flona Itaituba I Área: 220.639,44 ha Recurso destinado: R\$ 593.529,54	Flona Balata-Tufari Área: 1.079.669,71 ha Recurso destinado: R\$ 107.936,42
Flona Jacundá Área: 221.217,62 ha Recurso destinado: R\$ 319.626,63	Flona Itaituba II Área: 427.366,56 ha Recurso destinado: R\$ 444.061,35	Flona Jatuarana Área: 569.428,44 ha Recurso destinado: R\$ 284.008,28
Flona Caxiuanã Área: 317.946,37 ha Recurso destinado: R\$ 85.867,00	Flona Mapiá Inauini Área: 368.947,86 ha Recurso destinado: R\$ 146.535,97	Flona Macauã/São Francisco Área: 197.496,69 ha Recurso destinado: R\$ 238.056,55
Flona Pau Rosa Área: 827.877 ha Recurso destinado: R\$ 61.064,09	Flona Purus Área: 256.121,13 ha Recurso destinado: R\$ 139.720,41	Flona Trairão Área: 257.526,32 ha Recurso destinado: R\$ 378.155,42

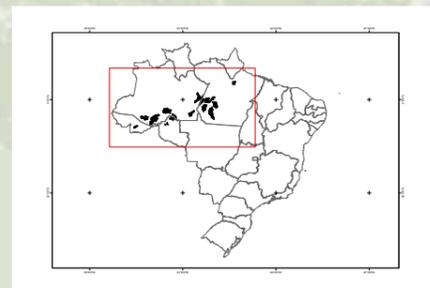
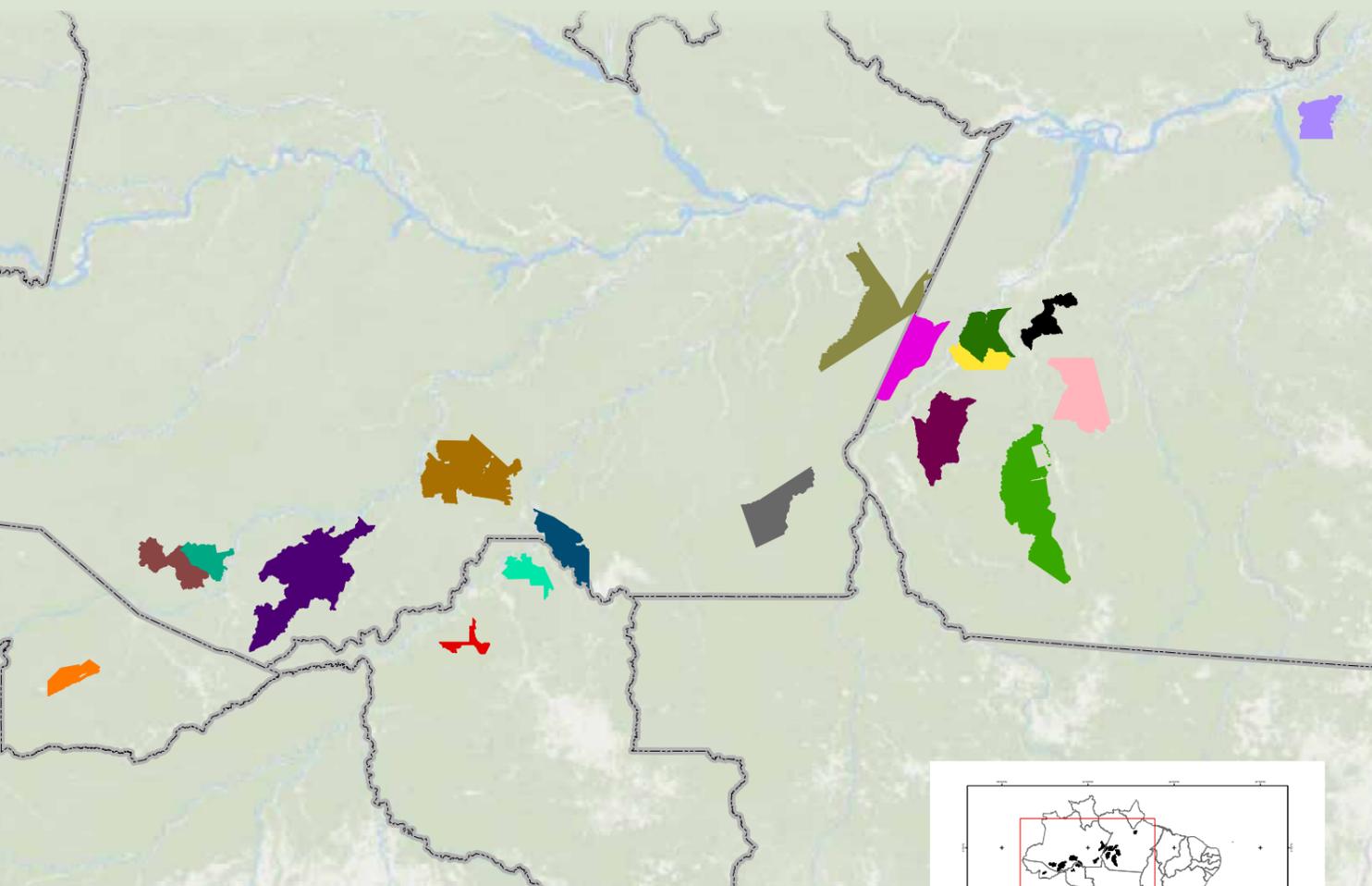


Foto: Roberto Xavier

Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia

O projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável da Amazônia é uma cooperação entre o Governo Brasileiro, tendo como executor das ações o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Governo Alemão, por meio do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). Seu objetivo é promover o desenvolvimento socioeconômico regional e a conservação das florestas na Amazônia Legal com base no uso sustentável dos recursos florestais.

Para isso prevê a implantação e aperfeiçoamento da política de gestão florestal com foco na produção sustentável e no fomento ao manejo florestal e à silvicultura com espécies nativas, visando a agregação de valor aos produtos florestais. O projeto atua em 18 Florestas Nacionais (Unidade de Conservação de Uso Sustentável) localizadas na região da BR-163, que liga a capital mato-grossense Cuiabá a Santarém, no Pará, e na região Purus-Madeira, no estado de Rondônia, totalizando uma área de aproximadamente 10 milhões de hectares.

O mapa ao lado apresenta as Florestas Nacionais apoiadas pelo projeto e os recursos destinados a cada Flona.

O orçamento total do projeto é de € 36.4 milhões, em que €15 milhões são do KfW - Banco de Desenvolvimento Alemão, com uma contrapartida não financeira do governo brasileiro de € 21.4 milhões.

O projeto Gestão Florestal está dividido em seis componentes. Dentre as ações previstas

está a melhoria de infraestrutura regional, tanto do Serviço Florestal Brasileiro, como do ICMBio, incluindo a implantação de um centro de capacitação e extensão em atividades florestais sustentáveis, com meta de capacitar anualmente 500 pessoas (entre trabalhadores do setor, servidores públicos e lideranças regionais) para a prática de manejo florestal sustentável. Este centro terá foco, também, na produção silvicultural de sementes e mudas de espécies nativas, para serem distribuídas regionalmente.

Outro objetivo do projeto é apoiar pesquisas, visando melhorias no aproveitamento de resíduos florestais e aumentando o valor agregado da produção florestal.

Christian Lauerhass, gerente sênior de projetos de florestas tropicais do KfW, explica que “esse projeto de gestão florestal é uma tentativa de se criar um sistema de incentivos para proteger áreas sem usar a força de comando e controle. Em vez de fiscalizar, a ideia é ter o setor privado como parceiro chave, concedendo a gestão da floresta a empresas que tem interesses em manter as áreas em pé e tirar valor a partir do seu uso sustentável”.

Lauerhass defendeu, ainda, que esta é uma maneira eficiente de conservar, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas, gerando benefícios não só para as florestas que permanecerão saudáveis, como também para o bem-estar e a qualidade de vida da população.

Oportunidades de negócios no manejo florestal sustentável



Foto: Fábio Silveira

Uma iniciativa do Projeto Gestão Florestal em 2016 foi a realização do curso “Oportunidades de Negócios no Manejo Florestal”, no período de 21 a 23 de setembro, em Alter do Chão-PA. A atividade teve como objetivo desenvolver e fortalecer a capacidade gerencial dos participantes, no contexto do manejo florestal comunitário e familiar como oportunidade de negócio, consolidando conceitos e ferramentas para a implantação, desenvolvimento e avaliação de modelos de negócios florestais.

Por meio de aulas expositivas sobre conceitos básicos, exercícios práticos, dinâmicas de grupo e estudos de casos, foi possível posicionar o negócio florestal comunitário dentro das três formas legais de organização - a cooperativa, a associação e a empresa mercantil. A partir dessa composição foram discutidos fundamentos da administração estratégica e financeira, a operação do empreen-

Oficinas constroem programação do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável

Que tal um espaço de capacitação para compartilhar conhecimentos sobre o uso sustentável das florestas? Essa é a ideia do Projeto Gestão Florestal: instalar um Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS), na cidade de Santarém-PA, para capacitação e difusão de práticas de manejo florestal sustentável e silvicultura de espécies nativas. Os beneficiários serão trabalhadores de empresas, representantes de organizações da sociedade civil, da academia, lideranças de comunidades tradicionais, além de servidores de órgãos governamentais.

Para identificar as principais demandas de ações educativas para compor o portfólio de ofertas de treinamentos do CDFS foram realizadas, ao longo de 2016, quatro oficinas, sendo duas em Santarém-PA e duas em Porto Velho-RO. Ao todo as oficinas reuniram mais de 100 participantes ,

dimento comunitário florestal desde a forma que a administração gerencia o negócio até como os produtos ou serviços são executados, distribuídos e controlados. Por fim, foram desenvolvidos planos de marketing de forma a contribuir para que o empreendimento comunitário no manejo florestal leve seus produtos até o consumidor.

Durante o curso foram apresentadas experiências bem-sucedidas, como por exemplo, a experiência na Flona Tapajós. Apesar das dificuldades iniciais, a cooperativa COOMFLONA, formada por moradores das comunidades locais recebeu o título de maior empreendimento comunitário no manejo florestal madeireiro do Brasil.

Outra iniciativa apresentada como referência foi a da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia dos Sardinhas (ASPACS), de Lábrea-AM, que atua na comercialização de castanha do Brasil no estado do Amazonas. A grande lição transmitida na palestra foi a importância de se ter um mercado institucional e de se estabelecer parcerias para aprimorar e dar vazão aos produtos.

Pagamentos por Serviços Ambientais e REDD+ foram temáticas debatidas como oportunidades de negócio no manejo florestal comunitário. Na ocasião diversas linhas de crédito disponíveis para fomento ao manejo florestal comunitário na Amazônia foram sugeridas como potenciais fontes de apoio.

que identificaram oportunidades para atividades de capacitação na Amazônia e trocaram experiências e aprendizados que irão subsidiar a construção do modelo de gestão do Centro. Após esta etapa de coleta de subsídios e juntamente com consultorias em andamento, o Serviço Florestal Brasileiro trabalhará na construção de uma proposta de arranjo institucional e diretrizes pedagógicas que subsidiará a implementação física do CDFS a a partir do próximo ano.



Foto: Fábio Silveira

Participantes da oficina para identificação das principais demandas de ações educativas para o Centro, em Santarém-PA

Ping-pong



Foto: Gilberto Soares/MMA

Raimundo Deusdará

Diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) fala sobre uso sustentável da floresta

Há quase dois anos à frente do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará Filho, concedeu entrevista à revista Gestão Florestal, para falar sobre a importância do uso sustentável das florestas como uma estratégia para a conservação da Amazônia. Com formação em engenharia florestal e agrônoma, Deusdará assumiu o órgão do Ministério do Meio Ambiente com a missão de concluir a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em todo o território nacional e implementar o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012) em articulação com os estados e municípios. Sua ampla experiência permite declarar que o CAR é uma política complementar ao manejo florestal sustentável.

O Cadastro já detectou que mais de 100 milhões de hectares de floresta estão nas mãos de particulares, a área chega perto dos aproximadamente 98 milhões mantidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Para Deusdará, como forma de garantir que essas áreas sejam conservadas, as florestas privadas devem poder ser usadas em regime de produção sustentável e seus proprietários devem receber pelos serviços ambientais proporcionados.

Leia abaixo a entrevista na íntegra:

1 Qual o papel do SFB como implementador da política de uso sustentável na Amazônia?

R. Promover o conhecimento, o uso sustentável e a ampliação da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país. Essa é a nossa missão. Para alcançar seu sucesso, desenvolvemos estratégias para ampliar a área de florestas públicas federais concedidas e estamos alcançando a marca de 1 milhão de hectares. Além do fomento ao manejo florestal sustentável empresarial e comunitário, o SFB é responsável pelo Inventário Florestal Nacional (IFN) e pela implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), elemento básico para os programas de restauração, recomposição e conservação florestal. Perceba que os pilares listados deixam claro que não somos um órgão fiscalizador, controlador ou licenciador. Nossa característica principal é ser um órgão de fomento.

2 Como as concessões podem contribuir para a conservação florestal?

R. A forma como as concessões são realizadas nas florestas públicas, com todo o sistema de rastreabilidade da origem da madeira, torna possível fornecer madeira legal para o mercado, cumprindo todos os princípios e critérios exigidos no Brasil e nos mercados internacionais, como é o caso da Europa e dos Estados Unidos. Mas, se por um lado precisamos produzir do ponto de vista legal, do outro lado temos que incentivar os compradores a consumirem este produto. O mecanismo de controle e fiscalização tem limites, então nós temos que ofertar madeira legal e contribuir de alguma forma para que os compradores consumam este produto em detrimento daquele proveniente de uma área não manejada. Com isso, nosso trabalho vai muito além do estímulo e fomento do manejo florestal sustentável. Nós atuamos,

também, para a conscientização do setor privado e da população de forma a garantir capilaridade e vazão da madeira madeira proveniente de concessões.

3 Como o manejo florestal contribui para o combate ao desmatamento ilegal?

R. A concessão florestal é o campo mais sólido para prevenir o desmatamento, uma vez que a base da concessão é o manejo florestal sustentável. A ideia é extrair da floresta o que ela produz, sem comprometer seu capital. Para exemplificar, se uma pessoa tem uma poupança, ela pode tirar apenas o rendimento dessa aplicação e não o capital. O mesmo ocorre na floresta, o manejo florestal não é a descapitalização da floresta. Se é feita, por exemplo, a extração das árvores como o Cumaru, Angelim e Ipê é porque essas espécies, com base no inventário florestal, são as que podem sair da floresta sem descapitalizá-la. Mas temos um grande desafio nisso tudo, que é dar escala à iniciativa. Nossa meta é ter, no regime

federal, 7 milhões de hectares concedidos até 2022. Ou seja, nossa expectativa é colocar no mercado 30% de madeira proveniente de florestas públicas.

4. Quais são as experiências do SFB na promoção do manejo florestal sustentável em projetos de assentamento?

R. São diversas experiências em assentamentos, especialmente, no Semiárido. O SFB apoia o manejo e orienta o produtor a fazer a exploração sustentável. No momento, por exemplo, estamos realizando uma discussão ampla sobre o manejo florestal comunitário, com o objetivo de empoderar a comunidade para fazer o manejo de uma forma sustentável. Essa discussão faz parte da regulamentação do Código Florestal Brasileiro, em que a intenção é tentar simplificar e mostrar ao pequeno produtor que o manejo é possível, é viável e gera renda para ele.

5. Como o CAR pode subsidiar a implementação do Projeto Gestão Florestal?

R. O Cadastro Ambiental Rural nos níveis de implementação que atingiu, já quase 400 milhões de hectares cadastrados, acende um ponto de inflexão na gestão territorial, não só na gestão florestal. Na medida em que se tem o CAR, que é a identidade ambiental da propriedade rural, se tem a possibilidade de ter uma base consistente para formular políticas públicas. Um dos ganhos do Cadastro é que ele permite ver quem tem nascente, o estado de conservação da nascente e a partir desses dados lançar um projeto de recuperação, por exemplo. Essas informações não existiam no passado. O CAR é uma fonte de dados que permite a criação de uma política de recomposição, de reflorestamento e de aumento dos ativos florestais. Além de servir como base para remunerar por serviços ambientais. O Código Florestal prevê uma cota de reserva.

Pela lei, propriedades com excedentes de áreas florestais podem legalmente desmatar, mas se, em vez disso, incentivamos que estes proprietários não desmatem e que sejam remunerados por manter a floresta em pé. Isso aí é Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) e está sendo possível graças ao CAR.

6. E no que tange as ações de difusão e capacitação e silvicultura de espécies nativas e do manejo florestal sustentável?

R. Na medida em que a gente conhece esse território e sabe quem são as pessoas e a qualidade ambiental da propriedade, podemos dirigir políticas públicas para recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP), manejo de Reserva Legal e recomposição das áreas que foram desmatadas ou tiveram o uso alternativo do solo. Então, reafirmo que o CAR é a base para formular políticas de uma forma mais precisa, com menos desperdício, com mais foco. Quando sabemos a origem do problema, atuamos direto na raiz, encontrando a solução para aquele problema. Antigamente nós não tínhamos essa informação, não sabíamos quanto se teria que recompor de rios com até 10 metros, por exemplo. Hoje nós sabemos. Nós temos uma base de dados que dá consistência, solidez, que diz onde estão os rios passivos de recuperação. E essa informação era sempre estimativa, agora as informações são trazidas de forma precisa, georeferenciada.

Para ilustrar, a recuperação das nascentes do rio São Francisco, que é um grande programa de revitalização que o Ministério do Meio Ambiente lançou recentemente, está fundamentada nos dados do CAR.

7. O que o Planejamento do SFB prevê para 2017?

R. Na perspectiva do CAR nós temos uma meta, que é a sua im-

plementação. Se for considerar os dados do Censo Agropecuário IBGE 2006, nós já superamos essa meta. O Censo apontava 330 milhões de hectares de áreas passíveis de serem cadastradas e hoje nós já estamos com mais de 387 milhões, ou seja, nós atingimos a meta de forma muito consistente. Temos problemas ainda com o cadastramento dos pequenos proprietários, por isso estamos fazendo o CAR em 101 municípios do Semiárido, apoiando o cadastramento das terras quilombolas, de agricultores familiares, entre outras comunidades tradicionais que vivem em municípios de baixo IDH e não têm o apoio necessário do estado. Nossa meta é continuar buscando ativamente esses pequenos proprietários para trazê-los para a base. Outra meta para 2017 é fazer a análise dos dados do CAR, com o qual será possível verificar se, eventualmente, a propriedade está dentro de terra indígena, se tem uma área embargada pelo IBAMA, se está dentro de unidade de conservação, de um assentamento fundiário ou se há sobreposição de imóveis. Temos um banco de dados imenso e, quando associado com o IFN, que também é uma base muito grande (153 milhões de hectares coletados), nós vamos ter informação não só da propriedade ou da pose, mas da qualidade da floresta que está naquela propriedade.

8. E o que está previsto para o manejo florestal sustentável?

R. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) abriga 113 milhões de hectares em parques, florestas nacionais, reservas biológicas e outras unidades de conservação. O CAR já identificou 97 milhões de hectares de florestas na mão de proprietários privados. Ou seja, a iniciativa privada tem quase o equivalente à área de unidades de conservação. É um volume enorme de florestas em propriedade privadas e a gente tem que incentivar o manejo florestal sus-

tentável, a recuperação e o pagamento por serviços ambientais para que estas florestas entrem num regime de produção sustentável. Nós temos que induzir isso por meio de mecanismos de reflorestamento, fomento, capacitação, financiamento e com o manejo florestal sustentável.

9. E para fechar, o que você pode nos dizer para desmistificar a ideia de que o manejo florestal pode ser degradação florestal?

R. Qualquer forma de manejo florestal é melhor do que o desmatamento. O manejo é uma intervenção que respeita o ritmo e as características da floresta, mantendo sua integridade e gerando renda por meio do uso sustentável. É a melhor intervenção que se pode ter. A atuação do Serviço Florestal busca desmistificar a ideia de que manejar é algo ruim, mostrando para as pessoas que elas fazem uso da floresta e dependem dela para viver. Trabalhamos constantemente para fazer com que a população conheça e use a floresta. O uso ajuda a valorizar e a conservar. A crise hídrica vivida recentemente demonstrou que não são obras que vão resolver o problema. Temos que recuperar os rios, as nascentes, cuidar das áreas de carga e recarga. As mudanças climáticas pelas quais estamos passando também estão associadas ao desmatamento da floresta. A solução para controle do desmatamento vai além da fiscalização. É o incentivo ao uso sustentável da floresta que permite que ela permaneça de pé. Ou seja, não há outra intervenção melhor para a floresta do que o manejo florestal sustentável.



Foto: Roberto Xavier

Perfil

Floresta como ganha pão sustentável

Mauro Lúcio é capixaba, mas nos anos 90 mudou-se com a família para o norte de Rondônia em busca de terras baratas para cultivar. Ali a família de Mauro viveu tempos difíceis, mas que muito ensinaram ao jovem Mauro, que começava a conhecer a vida. Principalmente no que diz respeito à floresta, que aprendeu a amar. Desde menino lhe fascinavam aquelas árvores gigantes da região do rio Jamari.

Logo aprendeu a diferenciar cada uma delas, a despeito da quantidade de espécies existentes naquela região. Com a crescente exploração madeireira no local, Mauro conseguiu trabalho nas empresas de exploração florestal. Mas ninguém lhe ensinou nada, tudo que aprendeu foi na prática. Passava o dia na floresta, identificando as espécies que interessavam ao dono do negócio e logo ganhou uma motosserra, para que abatesse árvores de 30 metros de altura e de até 35 toneladas. Tudo isso com a responsabilidade de não direcionar a queda da árvore por cima dele mesmo ou dos companheiros de trabalho de campo.

Muitos perderam vários amigos esmagados por troncos, cujo abate não seguiam técnicas seguras de direcionamento de queda. Outros pereceram atingidos pelas quantidades de galhos arrastados pelas árvores abatidas, quando não se apara antes os cipós que entrelaçam na floresta. Segundo o Anuário Estatístico do Ministério da Previdência Social, entre os anos de 2007 e 2009, foram registrados 6.067 acidentes de trabalho na produção florestal (BRASIL, 2009).

Dos anos de trabalho na informalidade, Mauro teve sorte, sofreu apenas um acidente grave, quando uma motosserra, que lhe escapou da mão, abriu um talho no seu joelho. Não precisa nem dizer que se Mauro estivesse com o equipamento adequado, não teria sofrido esse acidente.

Concessão florestal

Com a chegada do programa de concessões florestais do Serviço Florestal Brasileiro à Floresta Nacional (Flona) de Jamari, em 2007, abriu-se uma nova etapa na vida da família Pereira da Silva. A licitação exige que a empresa vencedora contrate mão de obra local.

Isso mudou a sorte de Mauro. Seu perfil era o ideal: morador de Itapuã do Oeste (que faz fronteira com a Flona Jamari), conhecedor das florestas, com vasta experiência de campo.

Mauro foi contratado como assistente de motosserrista, mas logo foi promovido. Cresceu na empresa e hoje trabalha só com o que gosta: identificação de espécies. O famoso “mateiro”, profissional estratégico para a economia florestal, mas cada vez mais raro no mercado. Na Madeflona, empresa ganhadora da concessão, Mauro recebeu todos os equipamentos necessários para a segurança no trabalho. O Serviço Florestal Brasileiro mantém equipes na área de concessão para fiscalizar as atividades de campo.

Agora, negligência na segurança do trabalho deixou de ser parte do cotidiano de Mauro. A empresa ofereceu a ele vários cursos de capacitação, incluindo segurança no trabalho, melhor aproveitamento da madeira durante o corte das árvores, baixo impacto para a floresta.

Juntado tudo (como ele mesmo diz), pai de um menino, Mauro não pensa em mudar de ramo. Seus planos são seguir fazendo o que seu coração pediu desde criança: entrar na floresta, reconhecendo as diferenças de cada espécie que habita a mata.



Laboratório de Produtos Florestais viabiliza soluções tecnológicas para o crescimento sustentável da atividade florestal

A busca por novas espécies de madeiras para substituir aquelas ameaçadas de extinção é um dos trabalhos realizados pelo Laboratório de Produtos Florestais (LPF) que, por meio de pesquisas e experimentos, apresenta soluções tecnológicas para o aproveitamento de produtos madeireiros e seus resíduos de modo sustentável.

Criado em 1973, o LPF faz parte do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e é um dos principais centros de estudo de madeiras tropicais do país. “É um laboratório importante por produzir conhecimento científico sobre as espécies florestais nativas do Brasil, não só para sua proteção como também para o uso comercial”, diz Celso Saletino Schenkel, chefe do Laboratório.

Com base nos resultados das análises geradas, ressalta Celso, podem ser identificadas espécies madeireiras alternativas que podem ser usadas, por exemplo, na indústria moveleira e na fabricação de instrumentos musicais, permitindo que se reduza a pressão sobre espécies nativas tradicionais, como o ipê, o pau-brasil e o mogno.

Para se ter uma ideia “as características e propriedades de mais de 300 tipos diferentes de madeiras já foram avaliadas, sendo comprovada a possibilidade de substituir as tradicionalmente utilizadas para a construção de violão, mantendo a mesma qualidade física e sonora”, explicou Celso. Nesse caso, a árvore Morototó pode ser utilizada para fazer seu tampo, assim como a Andiroba pode servir para construir o braço do instrumento.

Mas não é só nesse campo que o Laboratório atua. Ele conta com sete áreas de pesquisa, que vão desde a anatomia da madeira até a biodegradação e preservação, passando pela secagem, engenharia e energia. O trabalho do LPF alia o mercado madeireiro e seus interesses econômicos com a proteção ambiental, promovendo o uso da madeira de origem legal, desenvolvendo mecanismos de controle e monitoramento da madeira, além da elaboração de protótipo de unidade habitacional para beneficiar populações na região da Amazônia. Tudo realizado com embrasamento científico e utilização de alta tecnologia.

“Aqui possuímos salas equipadas com microscópios e micrótomo e máquinas destinadas a analisar as características anatômicas (cor, grã, textura e figura), as propriedades físicas (densidade da madeira e contração) e as propriedades mecânicas (módulo de ruptura e elasticidade na flexão estática) das madeiras. Em breve chegará a ‘Analisadora Universal’, que nos ajudará a conhecer o produto, por meio de testes físico-mecânicos, para destinar o melhor emprego da madeira”, reforça Celso.

Executor de um dos componentes do Projeto de Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, o LPF tem realizado desde 2014 estudos a fim de identificar formas de aproveitamento dos resíduos gerados a partir da atividade de manejo florestal sustentável.

A intenção é evitar o desperdício, uma vez que 60% da madeira extraída na região amazônica são galhadas e resíduos que não são aproveitados durante o processamento, além de dar viabilidade econômica e fins comerciais, de forma a gerar benefícios sociais e o desenvolvimento de populações rurais do interior da Amazônia.



Mauro Lucio Pereira medindo o diâmetro de um tronco em área de concessão florestal

FLORESTAS NACIONAIS

SEMPRE PÚBLICAS FLORESTAS

Quem chega à Floresta Nacional do Jamari, há 200 km de Porto Velho-RO, pela entrada principal, se impressiona com o panorama que se abre à frente. Árvores centenárias, com até 30 metros formam um corredor até a sede da unidade.

Segundo o plano de manejo desta Flona, ela é habitada por cerca de mil espécies de árvores e 400 de animais, entre pássaros, répteis e mamíferos. Sua área estende-se por mais de 220 mil hectares e está localizada no estado de Rondônia.

A Floresta Nacional do Jamari é uma unidade de conservação emblemática porque ali foi realizada a primeira concessão florestal do Brasil. A experiência serve de exemplo e laboratório para o

futuro da gestão das unidades de conservação de uso sustentáveis, categorizadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

Localizada em uma região constantemente pressionada pela exploração madeireira ilegal, a Flona do Jamari teve sua biodiversidade ameaçada. Boa parte dos moradores dos municípios vizinhos da área, Itapoã do Oeste e Cujubim, sobrevivem de atividades ligadas à indústria de extração ilegal de madeira. (Veja matéria perfil da página 14). A concessão de 2010, já sob o rigor da Lei de Gestão de Florestas Públicas, é a experiência mais bem sucedida e que gera benefícios para a região ao mesmo tempo que ajuda a preservar a Flona.

Floresta Nacional (Flona)

Área com uma cobertura florestal predominante de espécies nativas com proteção especial do Estado. Seu objetivo básico é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a produção sustentável.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei N°9.985/2000), as Florestas Nacionais são de posse e domínio públicos. Quando criadas, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. No entanto, como uma área protegida de uso sustentável, admite que as populações tradicionais que já a habitavam permaneçam, desde que incluídas no regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

A visitação pública está condicionada ao Plano de Manejo e as pesquisas são permitidas mediante autorização prévia do órgão ambiental responsável pela gestão. No âmbito federal, a responsabilidade sobre as florestas nacionais é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essa categoria de unidade de conservação, quando criada pelo Estado ou Município, denomina-se, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal e serão os respectivos órgãos ambientais, os responsáveis por sua gestão.

De acordo com o Snuc, as Florestas Nacionais dispõem de um conselho consultivo, constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, se presentes, das populações tradicionais ali residentes. A presidência deste Conselho, contudo, é reservada ao órgão responsável pela gestão da Unidade de Conservação.

O conceito Florestas Nacionais nasceu com o Código Florestal de 1934, que instituiu quatro tipos de florestas especialmente protegidas. Mais tarde, o Código Florestal de 1965 (Lei n° 4771/65) reuniu as antigas tipologias, reunindo-as na categoria de Floresta Nacional.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), atualizado em julho de 2016, existem 106 unidades florestas (entre florestas nacionais e estaduais). São exemplos de Floresta Nacional (Flonas) a do Jamari (RO), Floresta Nacional de Saracá-Taquera (PA) e Floresta Nacional de Humaitá (AM). Entre as estaduais (Flotas), tem a Floresta Estadual do Amapá e a Flota de Tombetas (PA), só para citar dois exemplos.



Lei de Gestão de Florestas Públicas

Somente a partir de 2006, quando o Congresso Nacional aprovou a Lei 11.284, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, foi possível iniciar um projeto de uso sustentável que conjugasse conservação da floresta e desenvolvimento regional sustentável.

Hoje, duas empresas concessionárias produzem madeira de procedência legal, vendendo para o mercado interno e para o exterior, empregando cerca de 140 trabalhadores, sem destruir a floresta.

A partir da experiência de Jamari, outras cinco Florestas Nacionais, no Pará e em Rondônia, tiveram áreas concedidas para a produção florestal sustentável. Até o momento, cerca de 842 mil hectares estão sendo manejados de forma sustentável por oito empresas durante 40 anos, gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento local.

Antes das licitações, as condições do contrato com as empresas foram apresentadas para as comunidades locais e discutidas em audiências públicas realizadas nos municípios vizinhos às áreas que foram concedidas. Além dos benefí-

cios gerados pela operação das concessões, as empresas concessionárias realizam pagamento referente aos produtos extraídos.

Critérios de inclusão social

Outra característica importante das concessões florestais é a promoção de políticas inclusivas. A regra do processo licitatório bonifica projetos que empregam mão de obra local, selecionam trabalhadores com equilíbrio de gênero entre outros benefícios sociais.

Repasse de recursos

Pela Lei nº11.284/2006, os recursos arrecadados pelo Serviço Florestal Brasileiro são repartidos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), e os estados e municípios onde estão localizadas as áreas concedidas.

Exemplo disso foi o repasse que Rondônia recebeu neste ano pela produção madeireira, a partir da concessão florestal na Flona do Jamari

e de Jacundá, no norte do Estado.

Foram repassados R\$ 1,14 milhão para o governo do Estado, referente a 50 mil m³ de madeira extraída de cinco unidades de manejo dentro dessas flonas, que operam desde 2010 (Jamari) e 2014 (Jacundá).

O Conselho Estadual de Meio Ambiente decidiu usar esses recursos para viabilizar processos de concessão florestal estaduais que deverão seguir os mesmos padrões das concessões federais.

Municípios beneficiados

Os municípios de Porto Velho, Cujubim, Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste também têm direito ao repasse dos recursos gerados pelas concessões federais das Flonas do Jamari e de Jacundá. Juntos, os municípios podem receber até R\$ 700 mil por ano pela produção nas duas Florestas Nacionais. Para se habilitar ao repasse, os municípios devem instituir um Conselho Municipal de Meio Ambiente, que deve aprovar um plano de aplicação dos recursos.

O diretor geral do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará explica que, além de gerar

benefícios sociais e contribuir para a manutenção das florestas públicas, a concessão também beneficia a gestão florestal dos estados e municípios. “O repasse dos recursos reforça a gestão descentralizada e fortalece os mecanismos de governança destes entes federativos, trazendo participação social e transparência”, afirmou.

Manejo Florestal Sustentável

Manejo Florestal Sustentável é a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de variados produtos e subprodutos não-madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços florestais.

FLONA BOM FUTURO



Foto: Ronilson Vasconcelos Barbosa

Floresta Nacional do Bom Futuro rende bons frutos

No último ano 108 hectares foram reflorestados. A criação do conselho consultivo foi uma das estratégias que fortaleceu a gestão da Flona

Os conselhos consultivos das áreas protegidas são fundamentais para garantir sua gestão efetiva. Exemplo disso é a Floresta Nacional do Bom Futuro que, com a implantação dessa instância, ganhou transparência e legitimidade nas ações desenvolvidas pelo ICMBio dentro da área.

Quem acompanha hoje uma reunião do CONfuturo não tem ideia de como eram as relações entre moradores, representantes de instituições públicas federais, estaduais e municipais e seu entorno.

“Antes a Flona era alvo de muitos conflitos fundiários pela posse da terra, que envolviam grilagens, conversão da floresta em pastagens e outros, o que implicou em uma perda de 28% da floresta”, lembra Ronilson Vasconcelos Barbosa, chefe da Floresta Nacional do Bom Futuro, que acompanha os trabalhos do Conselho desde a sua formação, em 2014.

Ronilson conta que recebeu o convite para ocupar esse cargo

em 2013. Apesar de conhecer o histórico conflituoso, ele aceitou a missão de tentar algo diferente.

“Eu não acreditava na transformação a partir da consolidação do Conselho. Mas os conflitos já tinham rendido muitas brigas, até a morte de um policial da Força Nacional de Segurança, durante uma operação de fiscalização que retirou cerca de 250 invasores do interior da área protegida. Não me restava outra alternativa senão apostar neste instrumento de participação. Hoje, a história é outra. O diálogo está sendo praticado e os assuntos de interesse das comunidades são debatidos e encaminhados por meio de consenso”, explicou.

Foi com a ajuda de Iran Mendes Júnior, também gestor da Flona, que Ronilson visitou as associações comunitárias, sindicatos, instituições públicas que mantêm relação direta com a UC e seu entorno e a Terra Indígena Karitiana, para propor a pri-

meira reunião para constituição do Conselho em julho de 2014. Ele lembra que a logística não era simples e tinha um custo alto. “Foi graças ao apoio do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia que tudo se efetivou e as pessoas passaram a acreditar mais na gente”, afirmou.

Em quase dois anos de pleno funcionamento do Conselho, Ronilson avalia as melhorias na gestão da Flona: “com capacitações, os moradores do entorno ajudaram no reflorestamento de 108 hectares só neste último ano. As mudas foram produzidas pelos indígenas Karitiana, detentores de conhecimentos e técnicas tradicionais para o cultivo de sementes. Os Karitianas cuidam do viveiro de mudas e formam a brigada de incêndio da Flona”, revelou animado. Mas Ronilson reconhece que outras iniciativas foram, também, muito importantes para reverter a situação da Flona.

“Com o incentivo à implantação

de atividades sustentáveis na região como o manejo florestal sustentável e o pagamento por serviços ambientais, as famílias passaram a ter outra fonte de renda e, com isso, abandonaram as atividades ilegais de corte de madeira ou de criação de gado”, explicou.

A última reunião da CONfuturo aconteceu em abril deste ano. Dentre vários pontos abordados, os membros falaram sobre a possibilidade de se ter dois projetos voltados para as comunidades do entorno no próximo ano: o “Casa Bom Futuro”, que trata da construção de casas populares pré-moldadas com madeiras apreendidas; e o “Lutando por um Bom Futuro”, que propõe aulas de artes marciais para crianças de baixa renda.

O conselho se reúne duas vezes ao ano. O próximo encontro acontecerá no mês de novembro, em Porto Velho-RO.

A Floresta Nacional Bom Futuro é uma unidade de conservação de uso sustentável localizada a 200 km da cidade de Porto Velho-RO. Criada em 21 de junho de 1988, pelo Decreto 96.188, ela é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Seu intuito é promover o manejo dos estoques de madeira da região. Apesar da proposta de promover o uso sustentável de seu recurso madeireiro, a Bom Futuro sofreu com a ocupação irregular e desordenada por grileiros, madeireiros e posseiros, após a instalação de dois assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região, em 1995 e 1997, o que originou o núcleo urbano Rio Pardo. Em pouco tempo, a Flona perdeu 25% de vegetação original (97.384 hectares), dando lugar a pasto. O desmatamento da UC motivou o Governo Federal brasileiro a retirar os criadores de gado da área protegida e é nesse contexto que é instituído o conselho consultivo CONfuturo.

Congresso reúne representantes de 25 países para debater o futuro das concessões florestais

Foto: Serviço Florestal Brasileiro

O Congresso “Qual o futuro das concessões florestais e de modelos alternativos de gestão das florestas públicas” reuniu, entre os dias 13 e 16 de setembro, em Porto Velho-RO, 25 países para debater o papel das concessões como ferramenta de desenvolvimento sustentável e promover a troca de experiências entre os participantes.

Ao todo cerca de 100 representantes de governos, agências de cooperação internacional, empresas e organizações da sociedade civil estiveram presentes no evento e puderam avaliar o desempenho das concessões florestais na América Latina, América do Norte, Ásia, África e Europa, fazer o balanço dos pontos positivos e negativos e apontar alternativas, possibilidades e oportunidades, tendo como referência exitosa o modelo adotado no Brasil.

De acordo com o presidente executivo do Organismo de Supervisão dos Recursos Florestais e de Fauna Silvestre do Peru (Osinfor, na sigla em espanhol), Maximo Salazar, ele veio ao Brasil “para conhecer de perto o funcionamento das concessões implementadas nas florestas públicas e atestar que o país se diferencia por incluir inventários florestais prévios, que geram informações sobre o estoque de madeira disponível e critérios de sustentabilidade socioeconômica”.

O modelo brasileiro é jovem e se destaca pelo fato de ter sido desenhado com base nas experiências e lições aprendidas de outras iniciativas mundo afora.

Marcus Vinicius da Silva Alves, diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), explicou que “os aspectos centrais e elementos basilares adotados residem na forte governança, ou seja, arcabouço legal, desenho institucional e controle social claros, e na transparência desde a caracterização das florestas públicas à sua operação e monitoramento”.

Marcus Vinicius acrescentou que, mesmo sendo considerado um modelo bem sucedido, as concessões florestais do país ainda enfrentam desafios, como ter que lidar com a ilegalidade, não só

na origem da madeira, mas na formalização dos empregos e nas questões fiscais.

Jamari: primeira concessão do Brasil

Como parte da programação do Congresso, os participantes visitaram a unidade de manejo I da Floresta Nacional (Flona) do Jamari, localizada a 120 km de Porto Velho-RO, onde foi implementada a primeira concessão do país, há seis anos.

Jamari possui uma área aproximada de 220 mil hectares, dos quais 96 mil estão sob concessão florestal.

As visitas aconteceram em uma área que foi manejada há cerca de 30 dias e em outra que foi manejada há seis anos, o que permitiu avaliar a recuperação da floresta no período. O grupo também conheceu o pátio de estocagem e a serraria da empresa concessionária Madeflona.

“As áreas que visitamos ilustraram muito bem a aplicação do modelo brasileiro, que pode ser replicável no Peru e em outros países. Neste modelo não há espaços para intermediários, havendo uma relação direta entre governo e concessionário”, concluiu Maximo Salazar.

Desde 2010, quando entrou em operação, a concessão na Flona do Jamari produziu cerca de 178 mil metros cúbicos de madeira o que gerou mais de R\$ 9.2 milhões para os cofres públicos. Os recursos arrecadados são divididos entre o SFB, ICMBio, o estado de Rondônia e os municípios de Cujubim e Itapuã do Oeste.



Foto: Evie Negro

Contra a exploração ilegal, INOVAÇÃO

Drone e aplicativo de celular ajudam no monitoramento e rastreabilidade das madeiras de concessões



Foto: Serviço Florestal Brasileiro

A fiscalização e controle das concessões florestais federais conta com o reforço de Veículos Aéreos Não Tripulados (os Vant, popularmente conhecidos como drones). Com capacidade de coletar dados e imagens, essa tecnologia é vista como uma inovação para o monitoramento das atividades de manejo dentro da unidade.

Os desafios são muitos, mas a necessidade de dar celeridade no processo de rastreamento da madeira de origem legal e sustentável, motivou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) a investir nesse campo.

“Os drones otimizam a geração de informações não apenas do ponto de vista técnico como também econômico, uma vez que as ações necessárias na contagem da madeira retirada em áreas de concessão demandam tempo e dinheiro”, afirma o gerente de monitoramento do SFB, José Humberto Chaves.

Os equipamentos já operam em caráter de teste e a ideia é de que a partir do ano que vem eles otimizem o trabalho em campo dos técnicos, dando maior celeridade, escala e precisão para as atividades de monitoramento.

Segundo José Humberto, o potencial de uso desses equipamentos na esfera ambiental é enorme. Ele contou que os drones trazem também oportunidades inovadoras para o mapeamento de áreas protegidas, monitoramento do estoque de madeira disponível, combate a incêndios florestais, bem como na coleta de dados científicos.

A fiscalização em suas mãos

Outra ferramenta tecnológica desenvolvida pelo SFB é o aplicativo de celular, que permite o controle preciso da produção madeireira nas áreas sob concessão florestal federal.

Disponível gratuitamente para Android, o APP foi desenvolvido com base nas informações re-

passadas pelos concessionários e controladas pelo SFB por meio do Sistema de Cadeia de Custódia (SCC). O aplicativo ajuda o consumidor a identificar a madeira e acompanhar o caminho percorrido da floresta até o mercado seja dentro do país ou nos mercados internacionais, como os da Europa e dos Estados Unidos.

“A ideia é fazer o rastreamento completo e permitir a qualquer interessado localizar em um mapa de onde a madeira saiu e por onde ela passou até chegar ao local de consumo”, explica José Humberto Chaves.

De maneira simples, qualquer interessado poderá fazer a consulta através de um código identificador, no formato QR Code, que vinculará cada fardo de madeira com a “árvore mãe” da qual foi extraído.

O gerente do SFB aposta que esse instrumento permitirá ao órgão monitorar a produção florestal com ainda mais transparência e segurança e, ao certificar a origem da produção, facilitará o acesso dos concessionários aos mercados internacionais mais exigentes. Além de ser um canal para o concessionário demonstrar a legalidade da origem do seu produto para o mercado consumidor, inclusive com atendimento das exigências das principais normativas internacionais.

As informações são disponibilizadas no aplicativo à medida que empresas concessionárias iniciarem a produção desta safra e os dados forem inseridos no sistema.

Para baixar o aplicativo acesse o link na Google PlayStore: <https://goo.gl/ozaM1X>

Ou pela leitura do QR Code abaixo:



Estados e municípios recebem recursos da **concessão florestal**

As concessões nas Florestas Nacionais (Flonas) do Jamari e de Jacundá, no estado de Rondônia, geraram muito mais do que a conservação das florestas. Contribuíram para o desenvolvimento econômico, trouxeram benefícios sociais e geraram receita para os estados e municípios que abrigam essas áreas.

Em setembro, o governo de Rondônia recebeu R\$ 1,14 milhão advindos da produção sustentável de 50 mil metros cúbicos de madeira em cinco unidades de manejo das Flonas do Jamari e de Jacundá, em operação desde 2010 e 2014, respectivamente.

O estado comemora o recurso recebido e segundo o diretor de Uso Sustentável da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental, Jorge Lourenço, o montante será reinvestido no processo de concessões florestais. “Pretendemos investir nas concessões estaduais. Nosso modelo deverá seguir os mesmos padrões das concessões federais”, afirmou.

Conforme Plano de Aplicação aprovado pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (Consepa), o recurso será aplicado na elaboração e implementação do plano de manejo da Floresta Estadual de Rendimento Sustentável (FERS) Rio Machado, assim como nas ações de integração com as comunidades do entorno.

“A Floresta Rio Machado está extremamente bem conservada e será a primeira experiência

de Rondônia em concessões florestais. O estado tem outras dez FERS e esperamos usar os repasses das concessões do Jamari e de Jacundá para viabilizar as concessões estaduais e, assim, gerar recursos e promover o desenvolvimento sustentável”, contou o diretor.

Criada em 1990, a Floresta Estadual Rio Machado tem 175 mil hectares e está localizada a nordeste das Flonas do Jamari e de Jacundá, formando um dos remanescentes florestais mais conservados do estado.

Divisão dos recursos

As concessões florestais foram instituídas pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Nº11.284/2006). Pela Lei, a União, estados, municípios e Distrito Federal podem disponibilizar, mediante licitação, florestas públicas para a exploração sustentável. Os recursos arrecadados são divididos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, e os estados e municípios onde estão localizadas as áreas concedidas, além do Serviço Florestal Brasileiro.

Municípios beneficiados

Os municípios também têm direito ao repasse dos recursos gerados pelas concessões federais. Para isso, devem instituir um conselho municipal de meio ambiente, que deve aprovar um plano de aplicação dos recursos.

O primeiro município brasileiro a se habilitar para receber recursos gerados pelo uso econômico das florestas públicas federais foi Oriximiná, no Pará, que recebeu em 2015 o valor de R\$ 753 mil, referente a produção de madeira sustentável na Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente de Oriximiná, Cláudio Navarro, “o recurso será utilizado segundo o plano de aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. Ele viabilizará as políticas ambientais do município. Com ele poderemos realizar ações de recuperação de áreas degradadas, fiscalização e educação ambiental”, contou.

Pelas projeções do SFB, o município poderá receber cerca de R\$ 5 milhões nos próximos cinco anos. Os repasses são regulares e podem variar de acordo com a produção de cada unidade de manejo da Flona de Saracá-Taquera.

Além de Oriximiná, os municípios paraenses de Faro e Terra Santa também serão beneficiados. Já em Rondônia, os municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim, Candeias do Jamari e Porto Velho, possuem recursos a receber referentes ao uso econômico da Flona do Jamari, no caso dos dois primeiros municípios, e da Flona de Jacundá, nos dois segundos.

“O repasse marca mais um momento em que a produção das florestas federais gera benefícios diretos para a população do entorno das áreas sob concessão. Nossa expectativa é que essa transferência possa ser utilizada de maneira efetiva em ações socioambientais que beneficiem diretamente a população local”, afirmou o diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do SFB, Marcus Vinicius Alves.

Concessões federais

Atualmente cerca de 840 mil hectares de florestas públicas federais estão sob concessão nos estados de Rondônia e Pará. A expectativa é que esse número chegue a sete milhões de hectares em 2022, o que poderá gerar até R\$ 350 milhões ao ano para os cofres públicos.



Homenagem

No céu mais uma estrela, na terra um legado de 30 anos para as questões ambientais

Mensagem do então presidente do ICMBio, Rômulo Mello, proferida durante o Seminário de Análise de Dados do Prodes

No dia 05 de outubro, na abertura do Seminário Técnico-Científico de Análise dos Dados do Prodes - que faz o monitoramento por satélites do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal - realizado pelo Ministério do Meio Ambiente em Brasília-DF, o então presidente do ICMBio, Rômulo Mello, falecido no último dia 10 de outubro, deixou essas palavras para que servissem de guia para o seminário.

Experiente gestor de carreira da área ambiental do Governo Federal, Rômulo era respeitado pela sua experiência no trato das questões ambientais brasileiras.

O interessante da mensagem deixada por ele é que, para atingirmos as metas acordadas internacionalmente pelo Brasil, na luta para a mitigação das mudanças do clima, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) precisa prestar atenção à gestão das unidades de conservação.

Abaixo a íntegra da fala de Rômulo.

“Parabenizo o MMA pela abertura de um debate técnico sobre o desmatamento, que possibilita uma análise circunstanciada do papel das diferentes instituições no controle do desmatamento. Uma das estratégias, iniciada em 2002-2003, foi o instrumento das unidades de conservação como forma de combate ao desmatamento.

Os resultados foram positivos, mesmo nas UCs com baixo grau de implementação e gestão atingimos efeito positivo em relação à diminuição das ações antrópicas.

Se olharmos o arco do desmatamento, algumas unidades de conservação foram criadas para evitar que o avanço agropecuário comprometesse mais ainda a floresta. Os resultados são reconhecidos nacional e internacionalmente. Exemplo disso, é a implantação de unidades de conservação ao longo das rodovias BR-163 e da futura BR-319, áreas que

se tornaram críticas por causa das obras de infraestrutura. Não posso deixar de mencionar que, desde a criação do ICMBio, em 2007, a gestão foi otimizada.

Os dados mostram, com exceção da Reserva Biológica de Gurupi, no Maranhão, que apenas 3,6% do desmatamento acontece em unidades de conservação. Desses, 70% acontece em 4 unidades: APA Tapajós, REBio do Cachimbo e Flona Jamaxin, que já foram criadas como barreira do desmatamento e para regularização fundiária das terras que estavam em mãos de grileiros.

Essas ações foram resultado do PPCDAm. Por isso, é preciso que o Plano volte a dar atenção à essas UCs. Principalmente, por meio de parcerias em todos os âmbitos – públicos e privados.

Não dá para se entender o desmatamento de modo geral na Amazônia, é preciso um

olhar específico para cada uma dessas áreas críticas. Nos últimos anos, tivemos uma fragilização do combate ao desmatamento e dos incêndios florestais no ICMBio, mas agora novos recursos serão enviados na proteção.

É necessário ter aporte de equipe e recursos permanentes. Essas quatro unidades de conservação têm características específicas e receberão atenção especial do ICMBio.”

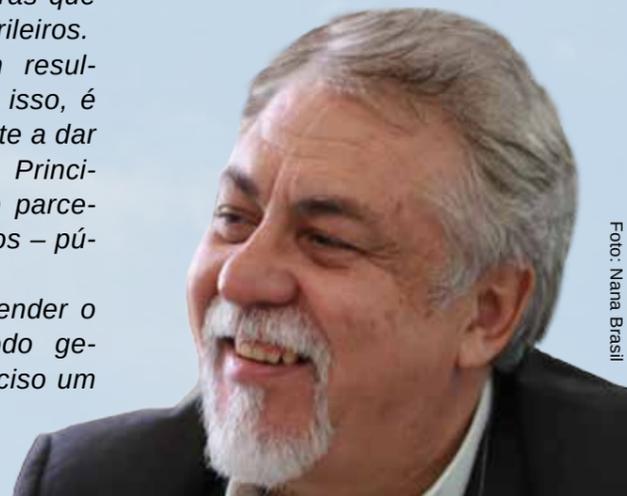


Foto: Nana Brasil

De olho no mundo



1 Em 2019, a América Latina sediará, pela primeira vez, um Congresso Mundial da IUFRO (International Union of Forestry Research Organizations). O evento vai acontecer em Curitiba-PR, em outubro, e será organizado e coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Embrapa Florestas. São esperadas cerca de quatro mil pessoas. O Congresso será uma grande oportunidade para troca de experiências e conhecimento em inovações tecnológicas, bem como sobre as mais recentes pesquisas e as tendências para o futuro da pesquisa florestal em todas partes do mundo.



2 O Portal da Governança Florestal reúne informações sobre o manejo florestal comunitário e familiar e sua relação com os mecanismos de governança, com vistas a contribuir para a gestão eficiente dos recursos florestais e a promoção do protagonismo das comunidades e suas organizações no manejo sustentável de florestas na Amazônia brasileira. Outro tema a que se dedica o Portal é a implementação do processo de concessões florestais e a dinâmica de certificação socioambiental, especialmente FSC. Saiba mais: <http://governancaflorestal.iieb.org.br/>



3 A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) construiu uma página web com explicações sobre o Código Florestal para facilitar o entendimento sobre a lei. O site reúne conteúdos técnicos para recuperação de áreas, como estratégias de recuperação, experiências já realizadas, espécies de plantas nativas sugeridas para plantio e soluções tecnológicas da Embrapa e parceiros, além de apresentar exemplos de boas práticas agrícolas que contribuirão para o alcance do desenvolvimento sustentável da propriedade rural nos diferentes biomas. Saiba mais: www.embrapa.br/codigo-florestal



4 Projeto criado para despertar o interesse das pessoas de se tornarem gestores da maior floresta tropical do planeta. O conteúdo do Florestabilidade traz as técnicas do manejo florestal de produtos madeireiros, não madeireiros e dos serviços ambientais. Neste portal encontram-se, também, o material didático do projeto e vídeos que contam as histórias e desafios de extrativistas, ribeirinhos, indígenas e técnicos florestais que vivem e trabalham na Amazônia. Saiba mais: <http://www.florestabilidade.org.br>



5 Este livro é uma fonte de informações sobre o manejo da floresta. Foi desenvolvido a partir da colaboração de técnicos, cientistas e extrativistas e seu conteúdo está organizado em grandes unidades temáticas: 1) trata da dimensão e dos principais ecossistemas da Amazônia; 2) revela as boas práticas do manejo florestal, tanto as relativas aos produtos madeireiros quanto aos não madeireiros; 3) apresenta os serviços ambientais que a floresta provê e destaca a relação entre florestas e as mudanças climáticas; e 4) retrata a evolução dos “empregos verdes” e do setor produtivo florestal no Brasil, apontando as oportunidades de carreira nessa área. Acesse o livro pelo link: <http://bit.ly/2fFHNHK>



6 O IFT é uma organização da sociedade civil que atua para a promoção de boas práticas de manejo florestal, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população. No site, a instituição apresenta os projetos e resultados alcançados, os cursos realizados, além de contar com uma seção de notícias, vídeos e o observatório florestal, plataforma de acompanhamento e monitoramento da atividade de manejo florestal sustentável. Se você quiser saber mais sobre a experiência do IFT in loco e teoria para aplicação real das técnicas de manejo, acesse: www.ift.org.br



Gestão para a Produção Florestal de Sustentável



KFW



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

